

---

# NÓS SOMOS NÓS E NOSSAS CIRCUNSTÂNCIAS

Valter Filé\*

Entrevistar Manuel Pinto é, antes de tudo, um convite ao prazer, seja nos encontros que a história pode comprovar, nos meandros muitas vezes desajeitados da academia ou nos menos desajeitados dos bares *pósdia-decongresso*, quer nos encontros que a internet pode comprovar, nas amplas avenidas das redes.

De uma maneira ou de outra, a *falaescrita* mansa, sem cansaço, sem atropelos, apesar das muitas atividades, é a marca da generosidade e da disponibilidade para um outro que queira conversar. Da licenciatura em História às suas atividades de hoje como professor associado do Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho de disciplinas da área de Jornalismo, este português de São João do Sobral leciona, organiza eventos e, nas horas vagas, ainda coleciona números zero e um de jornais novos e antigos, além de postais temáticos: formas de arte e expressão popular, meios de comunicação, Nossa Senhora com o Menino e crianças.

Daí, entre conversas e escritos, uma entrevista com as marcas do bilingüismo.

**Teias** – Primeiramente, seria interessante que você nos contasse como chegou aos estudos da comunicação e que questões principais fazem parte das suas preocupações.

**Manuel Pinto** – Há aqui a necessidade de contar alguns passos da minha história pessoal, para responder à pergunta.

Aparentemente, cheguei aos estudos da comunicação por acaso. Nasci numa família pobre, em que não havia leitura de jornais e a televisão só chegou bastante tarde. Um velho rádio, comprado pelos meus pais a um emigrante português na Venezuela, foi, na adolescência, o contacto com o grande mundo. Mas, na instituição em que estudei, criei, com colegas, um jornal de parede semanal, que, além de nos dar muito gozo fazer, chegou a provocar tanta polémica que dividiu os alunos em dois partidos. Foi uma experiência curiosa, que me marcou e que, sem grande reflexão por detrás, me fez criar o ‘bichinho’ das notícias.

Mais tarde, na Faculdade, um grupo de alunos, insatisfeito com o marasmo e ressaca que se seguiu aos anos revolucionários subsequentes ao 25 de Abril de 1974 criou uma revista de pensamento e intervenção chamada Viragem. Eu era um dos responsáveis do projecto que teve algum eco público, incluindo na imprensa. E mal eu sabia que, uns anos depois, quando o então maior diário português abriu concurso para 12 novos jornalistas, a experiência dessa revista havia de ser um dos factores que pesaram na minha selecção, assim como de outro companheiro.

Curiosamente, eu iniciei o trabalho como jornalista gostando mais de um trabalho na área de Antropologia, se bem que o meu curso e formação académica fosse em História. Confuso, não é? Mas, como dizia Ortega y Gasset, nós somos nós e as nossas circunstâncias.

Como em Portugal não havia estudos superiores de Jornalismo, enquanto profissional envolvi-me com outros camaradas na criação de uma escola superior, que veio a nascer no Porto, no início dos anos 80. Aí leccionei algum tempo, mais por uma necessidade de reflectir e ganhar recuo sobre a profissão agitada que vivia do que pelas aulas propriamente ditas.

Foi pelo trabalho como jornalista e, então, de editor de educação e cultura, que acabei por ser convidado pela Universidade onde trabalho hoje, para leccionar educação para os media, algo que eu já defendia, mas de que sabia muito pouco.

---

\*Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

---

Uma das questões com que me confrontei na profissão jornalística foi algo de surpreendente para mim: a rotina. Eu imaginava que jornalismo e rotina não jogavam juntos, mas rapidamente me apercebi de duas coisas: sem rotinas não há jornal (diário, pelo menos) que resista; e essas rotinas acabavam por deixar quase nenhum tempo para reflectir sobre o que fazia. A cultura profissional dominante também não alimentava muito a necessidade de questionar.

A outra aprendizagem que fui fazendo nessa experiência foi que nós, cidadãos, queixamo-nos frequentemente dos media que tempos, mas não agimos nem fazemos valer os nossos direitos face a eles. Comemos ‘gato por lebre’ sem pestanejar. Limitamo-nos à queixa junto de alguém que nos é próximo. Não aplaudimos o que mereceria ser elogiado. Ou seja: deixamos tudo na mesma. Cidadania não é – pelo menos por estas paragens – coisa que liguemos à nossa relação com o jornalismo e os meios de comunicação.

**Teias** – Quais seriam alguns dos referentes teóricos mais importantes para o seu trabalho e quais os motivos das escolhas?

**Manuel Pinto** – Essa é uma pergunta a que se poderia responder com um livro inteiro e não em meia dúzia de linhas. Vou tentar enunciar alguns tópicos breves. Para mim, um primeiro autor que me ‘confundiu as ideias’ relativamente à educação e à comunicação foi Paulo Freire e, em especial a sua *Pedagogia do Oprimido*. Não só li o livro, editado em Portugal no início da década de 70 do século passado, como vendi exemplares de uma editora acabada de nascer na parte final do regime salazarista derrubado em 1974, que via muitas das suas edições serem apreendidas pela polícia política, levando os amigos a venderem clandestinamente. Nessa altura, eu lia essa *Pedagogia* pelas suas incidências político-ideológicas – as portas que abria para a tomada de consciência e para a ‘libertação’. Só muito mais tarde voltei a Freire para o reler como autor de propostas fecundas no campo comunicacional. Assumir-se como sujeito dos actos comunicativos e não apenas como objecto ou como consumidor das enunciações dos outros – eis um desafio que a pedagogia sócio-cultural de Freire tão bem elabora. Vale a pena dizer que esta redescoberta do pedagogo brasileiro foi feita mediante a ajuda de um outro vulto do pensamento comunicacional latino-americano que ainda tive a dita de conhecer: Mário Kaplún. Deste autor e activista, guardo uma frase que escolhi para epígrafe do blogue *Educomunicação*, que animo: “Comunicación es una calle ancha y abierta que amo transitar. Se cruza con compromiso y hace esquina con comunidad”.

Esta linha de pensamento e acção cruza-se com – e alimenta – uma linha de trabalho que desenvolvo em torno do jornalismo, que procura questionar o modelo dominante, marcado pela unilateralidade e pela assimetria: a um jornalismo que decide, um tanto arrogantemente, o que os outros precisam de saber, contrapõe-se – ou, pelo menos, era importante justapor-se – um outro que procura escutar o que os outros – todos os outros – querem saber e que os envolve, de modos diversos, nesse processo.

De facto, olhando atentamente para este tempo de grande ruído e vozearia, facilmente notamos que só alguns falam de modo a fazerem-se ouvir e que, em todo o caso, poucos escutam, porque o silêncio e o cuidado são valores em baixa no ‘mercado’ da vida (pós-)moderna.

É nessa linha que insiro uma outra dimensão que tenho procurado introduzir no meu modo de estar e de intervir no campo comunicacional e educativo: a perspectiva ecológica. Na linha de um Gregory Bateson, e sem perder de vista uma perspectiva macro-social, entendo que faz sentido desenvolver estudos teóricos e empíricos que se preocupem com a Casa Comum que todos habitamos e que todos têm direito a habitar com uma qualidade mínima de vida. Esse é, aparentemente,

---

um *acquis* dos movimentos ambientalistas das últimas décadas. Mas, na prática, continuámos a reduzir o ambientalismo às suas dimensões bio-físicas e sociais, esquecendo que o simbólico – a imaginação, a criação e fruição artísticas, a dimensão religiosa, o pensamento e a ciência, as indústrias culturais – não podem ser dissociados de uma perspectiva ecológica integrada e abrangente. O ecossistema integra necessariamente dimensões intangíveis que, por serem intangíveis, não podem, sob grave risco para a humanidade, ser ignoradas ou minorizadas.

Ora os media são, nos nossos dias, uma das instâncias mais poderosas de produção do simbólico, constituindo, por esse facto, um incontornável agente do e no ecossistema global. O ‘ar’ que através deles respiramos tanto pode abrir horizontes como sufocar, pelo que se torna necessário preocupar-nos com eles. Também se vive ou morre, hoje em dia, pela qualidade da produção simbólica e pela qualidade de vida (ou pela falta dela) que essa produção induz.

Media é cada vez mais Internet e redes à escala global. E quando pensamos os media, tendemos a reduzir tudo à técnica e à performance tecnológica, fingindo acreditar no que a publicidade e a propaganda nos dizem: que o acesso às tecnologias resolve os problemas de comunicação e assegura o sucesso. Este ‘tecnocentrismo’ é talvez das ideologias mais perversas que se encontram difundidas nas sociedades, porque tende a insinuar a neutralidade e o não questionamento das ferramentas e das infraestruturas técnicas. A crítica cultural da tecnologia parece-me, assim, um outro desafio que temos diante de nós.

**Teias:** – Sobre o projeto “MEDIASCÓPIO”, a que se propõe e que contribuições você diria que ele já poderia oferecer ao seu próprio campo de estudos e a outros estudos em educação?

**Manuel Pinto** – O projecto Mediascópio nasceu em 2000, como preocupação de um grupo de pesquisadores de comunicação da Universidade do Minho. A ideia que lhe está na base é muito simples: que dizem os media sobre eles próprios? E que nos diz aquilo que eles dizem? E o que eles não dizem?

Os media são avessos a questionar-se a si mesmos. Mas como se tornaram parte de um negócio muito mais vasto (fruto da convergência do broadcasting, da informática e das telecomunicações), começaram a ser objecto de notícia.

Na Uminho, nós começámos, então, a recolher e tratar toda a informação que os media difundem sobre o seu próprio campo. Pegamos nessa informação para a analisar e nela tentar detectar os sinais de mudança, não apenas nos media, mas também na sociedade. Uma das dimensões dessa análise é necessariamente a das zonas de silêncio: aquilo sobre que os media não reportam ou pouco dizem. Mas é também comparar os relatos de um meio de comunicação com outro (muitas vezes, a única forma de ter notícias de um certo veículo não é consultar esse mesmo veículo, mas a concorrência).

Com este material, procuramos construir vários tipos de produtos: em primeiro lugar, construir uma base de dados e uma cronologia de eventos sobre o campo da comunicação e dos media, que possa ir constituindo uma memória do campo. Depois, produzimos, de cinco em cinco anos, uma análise sectorial e global das macro-tendências, procurando captar o que está a emergir, o que está a definir, lógicas de funcionamento, contradições, etc. Fizemos isso para o período 1995-1999 e temos em vias de publicação um volume sobre o período 2000-2004. Finalmente, sempre que um caso ou um acontecimento adquire uma dimensão tal que se torna objecto de interrogações várias e é suscetível de, examinando-o, nos proporcionar conhecimento mais profundo sobre o campo comunicacional e sobre a sociedade no seu todo, aí fazemos uma espécie de *zoom in* e procuramos estudar o caso a fundo. Fizemo-lo quando a sociedade portuguesa começou a debater o papel do serviço público de

---

televisão, em 2002 e voltamos a fazê-lo em 2007 examinando um conjunto de casos que mostram a recorrência da derrapagem ética do jornalismo cada vez mais conduzido por uma lógica de mercado.

Neste momento, o projecto entra numa segunda fase, adoptando mais a lógica de um observatório dos media – voltado para a realidade portuguesa, mas sem perder de vista o panorama internacional. São, no essencial, quatro as linhas de observação e de estudo: a) observação das mudanças no campo jornalístico no quadro da migração para o digital; b) análise das políticas de regulação dos media; c) acompanhamento crítico das lógicas dominantes na informação televisiva; d) monitorização da programação para a infância por parte dos canais televisivos de sinal aberto.

**Teias** – O que você poderia dizer sobre a integração das instâncias de ensino, pesquisa e extensão, e destas com a vida cotidiana das pessoas comuns? Quais seriam os principais pontos de contato entre os estudos de comunicação e as questões de interesse da educação? O que você poderia comentar sobre os efeitos da nova “forma de escritura” dos mais jovens na internet – nos chats, nos blogs, etc – e como isso se encontra com a escritura normativa da língua, na escola?

**Manuel Pinto** – Nos últimos anos, só indirectamente, através de pesquisas levadas a cabo por orientandos de mestrado e doutoramento, eu tenho acompanhado mais de perto estas intersecções – que são estreitas – entre o campo comunicacional e o educacional.

Continuo a achar – hoje com mais razões e convicção do que ontem – que se torna vital apostar naquilo que poderíamos chamar ‘alfabetização’ mediática ou ‘literacia’ digital.

Está ultrapassada a antiga ideia de que a literacia consiste na capacidade do indivíduo para ler, escrever e fazer cálculos básicos. São múltiplas as literacias elementares sem as quais os cidadãos ficam desde logo, à partida, em estado de deficiência: aquelas que se reportam às capacidades de fazer face aos desafios colocados pela sociedade da informação e do conhecimento, sem as quais novas formas de exclusão tendem a emergir e a acentuar-se.

Tais competências supõem o acesso generalizado e a capacidade de uso de um posto informático ligado a uma rede, mas não se limitam a tal. Exigem, em simultâneo, o desenvolvimento de um trabalho paralelo, mas articulado, sistemático e continuado, orientado para:

- o desenvolvimento de competências de procura, localização, avaliação, tratamento e utilização da informação disponível;
- o desenvolvimento de competências de expressão, produção e enunciação de informações e perspectivas individuais, bem como o domínio dos processos e formas de as editar e difundir no ciberespaço;
- atenção permanente às questões básicas do sentido e da construção das identidades traduzíveis em perguntas como: quem sou, onde estou, de onde venho, para onde vou (abordadas no singular e no plural).

É, a meu ver, no jogo e no cultivo destas diferentes dimensões que se geram as condições necessárias para que a “navegação” que metaforicamente enuncia a vida pessoal e social – e que, de resto, integra a nossa identidade colectiva – seja algo mais do que mero vaguear, um *surf* ao sabor do vento e das ondas, uma errância sem meta nem sentido. Ora é precisamente para isso que se convida, quando se enfatiza, no terreno educativo, a vertente tecnológica reduzida ao uso de computadores, ao acesso à Internet, ao treino de um fazer desligado das questões implicadas nesse fazer. As tecnologias correm, desse modo, o risco de deixar de ser instrumentais aos sentidos e trajectórias individuais e de não chegarem a ser objecto de escrutínio quanto às lógicas, potencialidades, inte-

---

resses e estratégias que envolvem. Pelo contrário: tendem a adquirir uma centralidade perigosa e a tornar-se finalidades em si mesmas.

Fácil será verificar, por conseguinte, como se jogam importantes dimensões da cidadania, no modo como se aborda a tecnologia.

Nesse documento de referência internacional no âmbito da educação que é o Relatório Delors refere-se, a dado passo<sup>1</sup>, haver dois grandes objetivos aos quais a educação deve responder: “fornecer os **mapas** de um mundo complexo e perpetuamente agitado e a **bússola** que permita nele navegar”. Os mapas referem-se a universos de conhecimentos e de saberes-fazer cada vez mais vastos; a bússola remete-nos para a necessidade de pontos de referência que não nos deixem “submergir pelos fluxos de informação mais ou menos efémeros que invadem os espaços públicos e privados”.

**Teias** – Que impactos você tem observado, principalmente na cultura escolar dos mais jovens, como reflexo desta era de novas experimentações identitárias (no caso dos que entram na internet, nos chats com nomes, sexos e idades diferentes das suas). Como você está vendo estas movimentações? Como isso tem atuado sobre as maneiras de “ser” e “estar”? Mudam os referentes dos estudos de identidade, de mobilização cultural e social, os estudos dos agrupamentos humanos?

**Manuel Pinto** – Os atrasos, os déficits e as assimetrias, num país como Portugal, tornam mais fácil ceder à tentação de seguir os programas economicistas e tecnocráticos, em que os valores da participação consciente e da cidadania responsável pouco mais são do que enfeites para melhor fazer passar a mensagem fundamental. Seria, porém, um grave erro, a prazo. A educação e o país ganham se a escola for um lugar e uma oportunidade de descoberta de si mesmo e do mundo. Mal iria a escola se se assumisse como o reduto da tranquilidade e do saber constituído ou como um *bunker* de salvaguarda face às ameaças e aos riscos da vida social. Mas não iria melhor se se confundisse com os ritmos agitados da sua envolvente, se não criasse espaços de respiro e de leitura crítica, se não incentivasse o ver para lá da vertigem das imagens e das informações, se se deixasse levar pelas pressões para preparar consumidores em vez de formar cidadãos.

---

<sup>1</sup>Delors, J. (coord.) (1996). L'Éducation: Un Trésor Est Caché Dedans. Paris : UNESCO e Éd. Odile Jacob, p. 91